

SE LIGA NO Sinal

Informativo do CEPEL Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina Ano XI - Número 50 - jan/fev/mar 2002

Em nome de Deus, a vida **3**

50 edições



Caderno
Encarte nº 8
Bolsa Escola

Encarte especial: cenas da Dengue

FÓRUM SOCIAL: a emoção presente **7**

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA.
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA.

COMISSÃO
EDITORIAL

Orsina M. (Kita) Eitler
Carla Moura
Fernando C. R. Fernandes
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Victor Vincent Valla

COLABORADORES

Ronald F. Cerqueira

APOIO
ADMINISTRATIVO

Maria de Fátima Correia S.

JORNALISTA
RESPONSÁVEL

Homero T. de Carvalho
Mtb 1127/05/654 - PR

PROJETO GRÁFICO

Caio Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Cristiva (2205 3220)

CAPA

Kita Eitler

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRIACA
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação.



EDITORIAL

CEPEL - 11 anos/SINAL - 50 EDIÇÕES

Uma proposta de pesquisa e troca de informação de volta às origens

Durante seus onze anos de existência o CEPEL tem passado por algumas mudanças, mantendo sempre a proposta de estar mais perto dos moradores da Região da Leopoldina. O *Se Liga no SINAL*, que agora chega ao número 50, tem sido um elo desta aproximação. A proposta de pesquisa do CEPEL sempre foi a busca da combinação dos dados gerados pelo governo, modulados pela grande imprensa, e aqueles produzidos pela academia (universidades, centros de pesquisa e centros de informação), acrescidos das informações da população, engendradas pela experiência de vida nas comunidades, em forma de relatos, opiniões e entrevistas. Ao longo de 11 anos de publicação, o *Se Liga no SINAL* tem procurado manter em suas matérias a expressão desta proposta de pesquisa. Hoje em dia, há muito mais reuniões de moradores da Leopoldina do que em 1991, quando começamos a atuar. E há, também, muito mais entidades. Por esta razão, o CEPEL está se propondo a intensificar sua proposta original: estar presente às reuniões, privilegiando o contato com a população para, a partir daí, preparar o material para cada edição deste jornal. Desses encontros, destacamos o Conselho Distrital de Saúde, as igrejas, os governos municipal e estadual, quando convocam a população, e outros grupos organizados da população da Leopoldina. A cada número do *Se Liga no SINAL*, o leitor poderá saber quais são os principais problemas da região, informando-se sobre os debates que es-

tão acontecendo em diferentes comunidades e sobre diferentes temas.

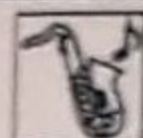
E por falar em principais problemas e em volta às origens, achamos importante lembrar que o CEPEL nasceu durante a epidemia de dengue de 1991 - foi justamente em torno do problema da falta de dados sobre a epidemia de dengue de 11 anos atrás que nasceu o *Se Liga no SINAL*. A origem do CEPEL, portanto, está ligada à dengue. Naquela época, a prefeitura do Rio de Janeiro negava a existência de uma epidemia, mas os moradores das favelas fizeram a contagem dos números de casos de dengue, forçando o governo municipal a reconhecer, publicamente, a epidemia. É claro que não é com alegria que lembramos deste episódio, mas é apenas para

ressaltar que deve ser mantida toda a atenção sobre o fluxo de informação a cerca

dos problemas vividos pela população. Assim, infelizmente, a persistência do dengue por tanto tempo no município apenas confirma e reforça nossa proposta original de pesquisa e troca de informação.

Para marcar este momento e subsidiar a reflexão, publicamos um encarte especial sobre as manifestações públicas ocorridas na epidemia de dengue de 2002. Os equívocos dos atores sociais envolvidos no problema, às

vezes até engraçados, fazem contraponto à situação trágica a que chegou a população neste episódio.



ESTAÇÃO LEOPOLDINA

Se liga no SINAL - 50 números
Compromisso do CEPEL que se renova há 11 anos

Com esta edição, estamos comemorando cinquenta edições do jornal *Se Liga no SINAL*, o Sistema de Informações a Nível Local. Al em todo o charme e importância deste tabloide (nome dado a jornais que têm esse formato, tamanho) — ter como proposta veicular informações dirigidas principalmente à população de uma região delimitada geograficamente — a Leopoldina.

Kita Eitler

Há alguns anos era comum a publicação de encartes nos grandes jornais da cidade do Rio de Janeiro, que se dirigiam, especificamente, a moradores de determinados bairros ou regiões. Eram sem dúvida interessantes, embora a ênfase fosse dada principalmente à divulgação do comércio, serviços e atividades locais.

No entanto, com o passar do tempo, esse tipo de encarte não interessou mais aos jornalões, pois de certa forma as notícias já não diziam mais respeito a um bairro, os problemas se assemelhavam em bairros próximos e adjacências, o que levou, por exemplo, o Globo Leopoldina e se transformar em Globo Zona Norte. E nos últimos anos nem isso fazia mais sentido para os grandes jornais, afinal, as notícias de violência — as mais veiculadas sobre a zona norte — hoje dizem respeito à população da cidade como um todo.

Mas, o Sinal se manteve firme na sua proposta. Sempre acreditou na importância de trabalhar a nível local, de tratar de assuntos que embora locais, se conectam e se identificam com os da cidade do Rio de Janeiro. Tolstói ¼ escritor russo ¼ dizia que quando falava da sua aldeia, falava do mundo. E é isso que o CEPEL, o Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina, pensa - falar da Leopoldina é de certa forma falar da cidade como um todo, e por que não, em determinadas situações, também do país.

Durante os últimos 11 anos em que está sendo editado, a principal preocupação da comissão editorial tem sido permitir que os artigos e as informações neles contidas

possam servir de subsídios e de apoio, seja para reivindicações de melhorias das condições de vida junto ao poder público, seja para estudos e pesquisas, ou ainda voltadas para estudantes das escolas públicas ou grupos organizados da região. Isso porque, o SINAL é também a principal janela de comunicação do Cepel, isto é, a forma que o Cepel encontrou de devolver à população os dados e as informações que são coletados com ajuda ou participação dos grupos locais, ou mesmo através dos estudos e pesquisas desenvolvidos ao longo desses anos. Na página central do jornal, por exemplo, é possível encontrar um mapa identificando os bairros pesquisados.

Uma das propostas do Cepel, é fazer com que os dados coletados não sejam somente divulgados em revistas acadêmicas, mas que possam ter também

utilidade prática na vida dos moradores da região. Além do SINAL, a íntegra dessas pesquisas, material de imprensa, teses e audiovisuais pode ser consultado no CED-VIDA, o Centro de Documentação das Condições de Vida da Leopoldina, mantido pelo Cepel.

O Sinal, que já teve um encarte voltado para o público infantil, o *Sinalzinho*, hoje traz o *Caderno S*. Este é um caderno temático, isto é, desenvolve seus artigos a partir de um tema gerador, com a intenção de que possa ser colecionado pelo leitor, formando assim uma espécie de livro de estudos e fonte de pesquisas. Para atingir seu objetivo, a comissão editorial tem convidado pessoas de fora do Cepel para

coordenar o caderno, trazendo os mais variados tipos de informação ao leitor do SINAL.

Grande parte dos leitores já ouvira alguma vez alguém dizer que quem detém a informação, detém o poder. Sabemos da dificuldade de saber ou conhecer determinados assuntos ou propostas através da chamada grande imprensa. Por isso, outra preocupação da comissão editorial, é que este jornal apresente artigos que mostrem e divulguem o trabalho de grupos organizados da região da Leopoldina.

Afinal, esta região da cidade do Rio de Janeiro não produz notícias somente para as páginas policiais - é uma região de grandes movimentos, lutas e conquistas históricas, como, por exemplo, a luta da

O Sinal acredita que os assuntos locais se conectam com a cidade como um todo e até com o país.

AMAP (Associação de Moradores e Amigos da Penha) contra o Curtume Carioca, ou ainda a reivindicação por melhores condições de vida, assuntos que ocuparam várias vezes as páginas do SINAL.

Neste aniversário de 50 números, o jornal mantém seu compromisso de falar sobre a população da Leopoldina, para ela e a todos os que entendem a importância da construção de um Sistema de Informação a Nível Local para a transformação do mundo em que vivemos. Manter esse compromisso é também uma forma de manter a juventude, mas sem perder a sabedoria adquirida ao longo dos anos.



Fernando Rosa e Renata Cerqueira

4

Em comemoração aos 50 números do *Se Liga no Sinal*, estamos fazendo uma retrospectiva da seção "Problemas que estão no mapa", onde são discutidas as pesquisas e levantamentos feitos pelo CEPEL, na região da Leopoldina, no município do Rio de Janeiro. Para este número escolhemos os acontecimentos mais importantes que marcaram a população da região na sua constante luta por mais qualidade de vida e na busca pela consolidação da cidadania.

Saúde (nº 1, 5, 6, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 28 e 33)

Que Deus nos dê saúde

Desmantelamento do Hospital Getúlio Vargas e do Hospital Geral de Bonsucesso: falta de pessoal joga hospitais da Leopoldina na crise. O resultado imediato é a redução de leitos, dificultando o acesso da população aos serviços de saúde. Administrações via apadrinhamento político, superfaturamento nas contas do hospital e desvio de verbas fazem parte da história do HGB.

A população continua lutando por uma melhor qualidade de vida. O Conselho Distrital de Saúde representa parte dessa luta.

As epidemias que castigaram e castigam a população da Leopoldina, causadas principalmente pelas más condições de vida: meningite, dengue, cólera, sarampo, leptospirose, tuberculose.

Educação (nº 6, 7, 8, 9, 20, 34, 26, 37)

"Fracasso escolar, negação da cidadania, culpa de quem?"

Superlotação nas salas de aula: faltam vagas e professores. Pesquisa do CEPEL constatou a falta de vagas e professores nas escolas da região da Leopoldina.

Mulheres exercendo o direito à cidadania: a luta pela construção de creches comunitárias com poucos recursos financeiros.

Se Liga no SINAL - 50 edições

Os problemas que continuam no mapa da Leopoldina

Meio Ambiente e Saneamento (nº 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 17, 21, 29, 41)

"Os anos passam, o Estado some e a poluição fica."

A poluição ambiental na Leopoldina é a mais grave do município.

A Leopoldina concentra 15% das indústrias do município e tem um dos tráfegos mais intensos. Além disso, é cortada pelas grandes linhas de circulação: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela.

A usina de lixo do Caju: mal cheiro sem solução. Além de ser um outro exemplo da má administração pública, nunca foram esclarecidos os critérios técnicos utilizados para construir uma usina de lixo em uma região tão populosa e que continua sem uso.

Algumas indústrias que contribuem para poluir a região: pedreiras, a usina de lixo do Caju, a refinaria de Manguinhos, a fábrica da "Poesi".

A água não vem e o esgoto não vai: a falta de saneamento básico. Ao longo dos 50 números do Sinal, são inúmeras as lutas da população para garantir água, esgoto e coleta de lixo.

Apelando para a "CÉUDAE" - visitando um morador de Olaria, o Sinal constata a sua situação: a água da sua casa não era fornecida pela CEDAE sim pelo céu. apesar da conta de consumo mensal cobrada pela empresa.

Chuvvas e enchentes: retratos do verão carioca. O poder público sempre culpou as chuvas pelas enchentes de cada verão, as quais deixaram muitos mortos e desabrigados, aumentando os casos de várias doenças. No entanto, a população se organizou e conseguiu que os rios Faria Timbó e Jacarezinho fossem dragados. No entanto, Manguinhos continua na mesma situação.

Lazer, cultura e esporte (nº 4, 16, 22, 46)

"Lazer: o que fazer?"

O CEPEL realizou pesquisas onde mapeou diversas iniciativas culturais e de lazer na região. No entanto, a Leopoldina, com uma população de mais de 600.000 habitantes, é uma área desprovida de espaços planejados e destinados ao esporte e lazer.

Apesar dos cinemas de rua terem fechado, com a inauguração de dois novos shopping centers na Penha, a região da Leopoldina ganhou quatro cinemas.

As áreas de lazer nos bairros estão desaparecendo cada vez mais, quer seja pela ocupação para outras finalidades ou pela violência, a população da Leopoldina está perdendo o acesso a antigas opções de lazer, como o Parque Ary Barroso na Penha.

Não podemos nos esquecer que nas décadas de 60 e 70 a Praia de Ramos era própria para banho, sendo uma área de lazer. Com o descaso das autoridades, a poluição da Baía de Guanabara avançou, e a população perdeu seu divertimento. Se houvesse uma política séria de controle da poluição ambiental, o piscinão de Ramos não precisaria ser construído.

Sociedade, Cidadania e Democracia (nº 15, 16, 43, 45, 47, 48, 49)

"A democracia brasileira é marcada pela exclusão social"

Em 1994, o prefeito César Maia vetou o acesso dos cariocas à informação pública.

Mesmo assim, os vereadores aprovaram a lei que abre os órgãos públicos para população.

A luta pela transferência do curtiúme carioca.

A aprovação do decreto que transformou a Serra da Misericórdia em Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU).

A luta pela regulamentação do fornecimento de água e saneamento básico.

Em 1.999, o CEPEL lançou um caderno com as iniciativas sociais da Leopoldina, listando os grupos e movimentos sociais que atuam na região.

Em época de eleições o Sinal sempre publicou a plataforma do CEPEL, que é uma lista das principais questões públicas da região da Leopoldina.

Violência (nº 14, 17)

"As formas de violência no dia-a-dia: quando a pobreza cria a vítima e a impunidade banaliza a transgressão da lei."

Governo, empresários e meios de comunicação uniram-se para impor uma nova moeda, o Real. Ao povo só restou assistir e aceitar.

A pobreza e a violência são as grandes causas das doenças e mortes dos adolescentes. Nunca nos esqueceremos das chacinas de Vigário Geral e da Candelária, além das pessoas que morrem silenciosamente em meio à miséria.

É muito difícil falar sobre violência, ainda mais quando somos um país que vive sob o domínio do medo. Medo de sair de casa, de perder o emprego, de ficar doente, de ser mulher, de ser negro e pobre, medo de não chegar a ser adulto e o medo de ser adulto, o medo dos mosquitos...

Vivemos diversas formas de violência que não são consideradas crimes: a violência da má gestão dos governos contra a população, a violência da falta de atendimento médico, da falta de vagas nas escolas públicas, do desemprego e a violência difundida como norma de comportamento pelos meios de comunicação.

Fome (nº 11, 42)

"Trabalho duro, vida dura: Como driblar esse dia-a-dia?"

A fome oculta pela cesta básica: as necessidades diárias médias de um adulto são, segundo a ONU, de cerca de 3.000 calorias. A cesta básica "padrão" do brasileiro contém apenas 410 calorias. Qual o destino do brasileiro que só tem a possibilidade de comer a cesta básica?

O preço médio da cesta básica no ano de 2000 era de R\$ 174,00, no entanto o salário mínimo era de R\$ 151,00. O que está acontecendo com o trabalhador que recebe apenas o salário mínimo?

Segundo uma pesquisa realizada em 1994, 84% dos moradores de favelas da Leopoldina recebiam apenas um salário mínimo por mês, 12% dois salários e apenas 4% mais de três ou mais.



- Áreas Pesquisadas
1. Jardim América
 2. Vigário geral
 3. Penha de Luiza
 4. Candelária
 5. Serra de Ramos
 6. Penha Circular
 7. Anil
 8. Olaria
 9. Bomfim
 10. Bonsucesso
 11. Manguinhos
 12. Complexo do Alameda
 13. Complexo do Maré

Habitação (nº 8, 10, 21, 25, 27)

"Pouco espaço, muita gente; mas em algum lugar o povo tem que morar"

Segundo dados do IPLANRIO, em 1990, 20% da população da Leopoldina morava em favelas. Imagine nos dias atuais!? A propaganda oficial diz que o "favela bairro" trouxe melhorias, mas implantação do projeto também significou para os moradores a cobrança de luz, água, IPTU... E poucas foram as comunidades atendidas. Favor ou direito?

Os incêndios na comunidade Vila Turismo, Manguinhos, em dezembro de 1999 e Mandela de Pedra, em 2000, são exemplos do descaso do poder público em relação à sua obrigação de garantir habitação digna para a população. Os moradores aguardavam há dois anos pelo cumprimento da promessa de construção de novas casas, feita na campanha do Prefeito Conde. Após o incêndio, novas promessas foram feitas: construção de casas em outros terrenos e auxílio - aluguel.

Religiosidade (nº 45)

"Os caminhos do alívio para a dor de viver."

Em conversas informais com a equipe do CEPEL, muitos moradores, que têm que trabalhar muito para garantir sua sobrevivência, dizem que não acreditam na política e nos políticos. Contam que é nas igrejas (pentecostais, evangélicas tradicionais e católicas), nos centros espíritas e nos de umbanda e candomblé que sentem-se bem e ganham novas energias para enfrentar os problemas da vida.

A religiosidade popular parece nos mostrar que estes espaços religiosos são uma das formas encontradas pelas pessoas para aliviar os problemas do dia-a-dia. Ai encontram instituições que oferecem apoio material (bolsas de alimentos, remédios, roupas), outras que também oferecem cursos profissionalizantes, alfabetização de adultos, creches, recuperação de dependentes químicos, além do apoio emocional.



Em busca de Deus, em busca da vida

Carla Moura

Em vários números anteriores do SINAL, temos abordado alguns aspectos da atual pesquisa do CEPEL sobre religiosidade popular e saúde. É um tema muito rico, mas também muito polêmico. Sua riqueza se dá devido às inúmeras manifestações da religiosidade popular no Brasil. A criatividade do nosso povo e a sua capacidade de compreender conceitos religiosos e adaptá-los à realidade é muito grande.

Um dos aspectos polêmicos da pesquisa é o pressuposto de que é necessário observar e discutir esse novo e maciço movimento da população em direção aos centros religiosos, principalmente, as igrejas pentecostais e neopentecostais. A polêmica se dá porque o crescimento vertiginoso dessas igrejas, geralmente, é visto por alguns formadores de opinião como um retrocesso no processo de politização da população. Frequentemente, a mídia e lideranças políticas referem-se a ele como "manipulação do povo" em prol do enriquecimento de algumas lideranças religiosas. Mas será que é possível, permanentemente, manipular a população?

O CEPEL supõe que haja mais do que isso, propondo que a discussão não pare por aí. Se trabalhamos para que as camadas populares tenham direito a condições dignas de vida, precisamos saber quais caminhos elas estão apontando para vivê-las já. O que a população está querendo dizer quando se dirige em massa para as igrejas? Será que as pessoas que vão para a igreja, realmente, são despolitizadas ou, mesmo sem ter essa intenção, estão participando de organizações bem diferentes de instituições como os partidos políticos? Será que elas não têm razões próprias? Historicamente desassistidas, por que acreditar e legitimar espaços tradicionais, já que a realidade em que vivem mostra-se a cada dia mais imutável?

Através do contato com lideranças religiosas populares e frequentadores das igrejas, temos observado que todos têm uma percepção bastante consolidada da realidade - sabem o que é a pobreza, fazem suas análises e não vêem perspectivas de melhora da situação. Nas igrejas, as pessoas buscam todo tipo de auxílio. Buscam também explicação, sentido para a existência e para tamanho sofrimento, já que não vêem razão para a injustiça social, vivida em todo o país.

Nossa pesquisa pretende discutir também o apoio social(*) oferecido por esses centros religiosos à população. Entendemos, por exemplo, que a questão da saúde é coletiva e

que muitas doenças físicas têm origem emocional. Um dos exemplos é a violência urbana sofrida por todos, mas que é vivida pelas camadas populares nas comunidades. É comum comunidades inteiras passarem noites acordadas com medo do que ouvem. A violência, em si mesma uma doença, ainda pode ser geradora de outros problemas de saúde, como a tensão emocional, a "doença dos nervos", vividos como um sentimento de sofrimento difuso (*).

Além de não ter como se alimentar corretamente, a maioria das pessoas não têm fácil acesso aos serviços públicos de saúde, medicamentos, emprego, educação e ao lazer. E ainda são culpabilizadas por não conseguirem um estilo de vida que lhes proporcione consumir o que os meios de comunicação veiculam como sendo sinônimo de sucesso. No mundo capitalista, no reinado do individualismo, é comum atribuir-se ao indivíduo a culpa pelo seu fracasso, desconsiderando-se fatores sociais determinantes. Como ter saúde assim?

Nas igrejas, as pessoas buscam a renovação de energias para o enfrentamento da vida, pois têm tudo para desacreditar em perspectivas humanas que ajudem a melhorar a sua vida. Percebem que os governos entram e saem e, a cada dia o poder público mais retira de si a responsabilidade de oferecer os serviços básicos fundamentais para a sobrevivência. É este mundo que as camadas populares rejeitam. É para esse mundo, que lhes virou as costas, que a população tem dito basta, quando permanece nas igrejas e, às vezes, vota em seus candidatos.

Na prática, entretanto, em geral, em sua atuação política a bancada evangélica não tem demonstrado muita preocupação com o bem-estar da população. O que é lamentável, pois recai sobre seus ombros a pouca esperança dessa população nos políticos e em suas instituições. E assim, esperando por dias melhores, aqui na terra e no céu, os pobres vão resistindo à sua cruel realidade, cantando, chorando, desabafando e entregando a Deus o futuro.

(*) A explicação dos conceitos de "apoio social" e "sofrimento difuso", a partir dos quais o CEPEL tem realizado a pesquisa sobre as relações entre religiosidade popular e saúde, pode ser encontrada em matérias publicadas em números anteriores do Se Liga no SINAL.

O que a população está querendo dizer quando se dirige em massa para as igrejas?

RELIGIOSIDADE POPULAR E RESISTÊNCIA



Um Outro Mundo é Possível

Uma forte emoção em Porto Alegre

María Eugenia [Kena] Urrestarazu Silva

Durante uma semana, cerca de 50.000 pessoas, participantes de movimentos sociais de todo o mundo, estiveram reunidas na segunda edição do Fórum Social Mundial.

Nesta página, nossa colega Kena, aqui do CEPEL, conta não só o que assistiu no evento mas, mais importante, o impacto que representou a experiência pessoal de estar compartilhando com outras pessoas o sentimento de que "um outro mundo é possível".

<<Fui entrando no Galeão com o coração alvoroçado pela emoção de estar embarcando rumo a Porto Alegre, capital da cidadania mundial por alguns dias. Lá estava eu para prestar novamente meus serviços como tradutora e fazendo parte dos mais de 51 mil participantes de 131 países, que tínhamos marcado um encontro muito especial entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro de 2002.

Neste período, milhares de participantes estávamos mobilizados pela firme convicção de que "Um outro mundo é possível" como alternativa ao mundo da competição mortal oferecido pela globalização. Estávamos ali para, mais uma vez, colocar a riqueza da diversidade a serviço do diálogo e da esperança de produzir a maior riqueza do mundo: a vida.

Com o Primeiro Fórum Social, em 2001, os cidadãos e cidadãs invisíveis iniciamos uma rebelião pacífica, uma grande ação de resistência à globalização da miséria, da exclusão e da desumanização da sociedade mundial. Nessa ocasião foi possível mostrar ao mundo que há alternativas à globalização da economia.

Agora, em 2002, um ano depois, o Segundo Fórum reafirmou o espírito de resistência dos invisíveis, que com alegria, carinho, e muita garra participamos de 27 conferências e 800 seminários, oficinas e inúmeros eventos culturais. Estas reuniões serviram para a troca de experiências, a apresentação de propostas concretas, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de resistência e de sobrevivência por meio de grupos e redes. Umas duas mil crianças, cidadãos mirins entre 6 e 16 anos vindos de todos os continentes, também trouxeram seu recado para o "Foramzinho". A garotada brincou e falou na sua língua sobre

a defesa do ambiente e a solidariedade entre os povos. Disse ao mundo o que pensa do planeta que tem herdado de todos nós.

Tive a sorte e a honra de trabalhar neste evento cidadão mundial com movimentos sociais dos quatro cantos do mundo. Não foi fácil conter a emoção durante a tradução ao sentir que, assim como os tantos grupos que atuam na Leopoldina, cidadãos do mundo inteiro desenvolvem suas ações, partilham sonhos com outros que resistem igualmente, sabem ouvir e trocar para melhorar o mundo em que vivemos.

Cumpri parte da minha missão servindo de ponte para que jovens de diversas línguas pudessem compartilhar as experiências de organização não hierarquizada, baseadas na colaboração e no apoio mútuo. Organização tão eficiente, que deixou a polícia norte americana doídicinha de raiva nas manifestações de rua contra a Organização Mundial de Comércio, que acontecia no mesmo momento em Nova Iorque, pois não havia líderes para levar para a cadeia.

Também tive a oportunidade de ajudar com a comunicação entre diversos movimentos sociais. Os zapatistas do México, por exemplo, trouxeram suas reflexões e sua história de resgate da soberania indígena e das formas de organização sem chefes, além do uso do consenso para tomar decisões. Foi com esta convicção na integração de todos na luta, cada um dentro de suas possibilidades, que os Zapatistas e seu povo conseguiram abrir os olhos e os ouvidos dos poderosos, forçando-os a reconhecer a situação de exclusão que já alcança o nível de genocídio desse povo. Eles declararam e firmaram a vontade de se conduzir pelo princípio de caminhar conforme o ritmo do mais lento dos cidadãos, de maneira que

ninguém fique para trás ou colocado de lado nessa caminhada.

As mulheres e os jovens argentinos contaram das assembleias semanais que ocorrem em todos os bairros, como uma forma de elaborar estratégias alternativas para enfrentar a crise do capital. Como escreveu a jornalista argentina Claudia Kozul: "... a rebelião não devolveu a memória, a cultura da rebelião, a auto-estima... foi o "já basta" de um povo farto de ser suspirado... A rebelião foi um ato de vontade que possibilitou a continuidade da existência na resistência...".

As mulheres foram, mais uma vez, uma expressão especial. Infelizmente, muitas delas estavam ali porque são elas e suas crianças as que mais sofrem a pobreza neste planeta. Quanta riqueza e diversidade de mulheres, compartilhando a vergonha do planeta pelo sofrimento em comum devido à discriminação, à falta de espaço social e ao não reconhecimento de seu valor. Mas elas mostramam sua grande capacidade criativa para cuidar da vida em todas as circunstâncias, mantendo a alegria e a coragem de viver e de dar vida a tantos outros e outras, mesmo que toda a sociedade não reconheça sua vontade de amar tanto assim. E de sempre acreditar, no cuidado e na construção do dia-a-dia, que "um outro mundo é possível" >>>

Do artigo ARGENTINA: nossa realidade, publicado na revista Carta Amiga, de janeiro de 2002.



FIQUE POR DENTRO

8

LUCROS RECORDES

“O primeiro semestre de 2001 vai ficar marcado na história das companhias de capital aberto. Não só pelas perdas provocadas com a desvalorização do Real e com o racionamento de energia, mas também por produzir alguns dos maiores lucros desde 1991. Em primeiro lugar da lista apareceu a Petrobrás. (...) Também constam na lista dos maiores lucros desde 1991, Eletrobrás, Banco Itaú, Companhia Vale do Rio Doce e Bradesco.”
(Gazeta Mercantil 24/08/01)



OS PROBLEMAS DOS ÔNIBUS NO RIO

Pesquisa sobre os principais problemas dos transportes de ônibus na cidade: “Risco de assalto 38%, tempo de espera 17%, lotação 15%, tarifa 7%, motorista ruim/grosseiro 7%, congestionamento 6%, pouco conforto 5%, degraus altos 2%.” (Jornal do Brasil 15/10/00)



A RIQUEZA DO MUNDO CONCENTRADA EM POUCAS MÃOS

“A renda dos 20% mais ricos no mundo é hoje 74 vezes maior que a dos 20% mais pobres, quando em 1960 era 30 vezes e no auge do imperialismo, no século dezanove era de 7 vezes. As fortunas somadas das 358 pessoas mais ricas do mundo (mais de 1 trilhão de dólares), superam o PIB (Produto Interno Bruto) de países que reúnem 2,7 bilhões de habitantes, 45% da população do planeta; a fortuna dos dois ou três homens mais ricos (cerca de 150 bilhões de dólares), supera os PIB's somados dos 43 países mais pobres” (Revista Carta Capital)

CENTRO DE ESTUDOS E
PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 2590 1998
2590 9122 ramal 307
E. Mail: cepel@alternex.com.br
Rio de Janeiro

A MAMATA DA PRIVATIZAÇÃO

“Os benefícios concedidos pelo governo federal às empresas compradoras de estatais privatizadas somaram 45 bilhões de dólares. As privatizações realizadas na década de 90 renderam aos governos 56,2 milhões de dólares.” Um bom exemplo: A Telerj dava muita dor de cabeça para a população, mas a Telemar dá tanto ou mais e continua impune. Sem falar nas outras empresas que foram privatizadas, as quais aumentam continuamente suas tarifas (luz, telefone, metrô, barcas).
(Folha de São Paulo, 5/12/01)



A ÁGUA QUE FALTA

“Pesquisas nacionais indicaram que as crianças que moram em casas sem água encanada têm em média seis crises de diarreia por ano. Se a casa ganha um único ponto de água o número cai para três. Se tem duas torneiras, a diarreia desaparece”. Rede boletim de cristãos das classes médias, abril de 2002, No 112, p. 3 (bolrede@alternex.com.br)



11 DE SETEMBRO

Quem quiser entender melhor o atentado de 11 de setembro em Nova York, pode comprar em português, o livro do Noam Chomsky intitulado “11 de Setembro”. Esse livro é formado por uma série de entrevistas que o autor, famoso analista político norte-americano, deu a jornalistas do mundo inteiro. Para se ter uma idéia do conteúdo dessas entrevistas, Chomsky afirma que mais nicaraguenses morreram em virtude das políticas norte-americanas em Nicarágua, do que no atentado em Nova York. (Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002. Preço R\$ 15,00)

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 20,00.

NOME: _____
PROFISSÃO: _____
ENDEREÇO: _____
TEL: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____ CEP: _____

Caderno S

Ano 1 - Nº 8
Encarte do SINAL Nº 50
jan/fev/mar 2002

Os programas de renda mínima:
um panorama mundial.....página 2

Uma legião de sem-documentos:
a cidadania ausente.....página 3

Bolsa-escola federal –
como funciona.....página 4

Os artigos desta edição foram elaborados por
Eveline Bertino Algebaile, professora da FPP/
UERJ e pesquisadora de Políticas Públicas.

O Caderno S traz quatro artigos sobre o Bolsa-Escola, que, apesar de só agora estar acontecendo em nível nacional, já existe, em alguns municípios brasileiros, em diferentes formatos, desde 1995.

Rádios, TVs e jornais têm noticiado insistentemente a implantação, em nível nacional, do Programa Bolsa-Escola Federal, um programa de complementação de renda dirigido a famílias pobres. Foram inúmeras reportagens sobre o assunto, mostrando eventos políticos, promovidos para marcar o início do programa em diversos municípios, além de matérias publicitárias, com artistas falando das melhorias que o benefício já estaria trazendo para a vida das famílias pobres e com mães e crianças agradecendo e enaltecendo os efeitos do programa.

Com esta edição, nosso objetivo é recuperar um pouco da história e das variações desse tipo de programa social, no Brasil e no mundo, para que todos possam ter mais elementos para avaliar sua importância.

O QUE É O BOLSA-ESCOLA?

O Bolsa-Escola Federal é um programa de complementação de renda para famílias pobres com filhos de idade entre 6 e 15 anos, matriculados no ensino fundamental, com frequência escolar igual ou superior a 85%. Ele é inspirado em programas de renda mínima realizados em países europeus e da América do Norte que, no entanto, não condicionam a concessão do auxílio à escolarização obrigatória dos filhos.

No Brasil, o primeiro projeto de renda mínima é de 1991, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele previa a complementação de renda para os brasileiros maiores de 25 anos, em situação de desemprego ou sub-emprego. Este projeto nunca foi

implementado, mas provocou a abertura do debate sobre a necessidade e viabilidade de programas de renda mínima no Brasil, impulsionando outras iniciativas. A idéia de vinculação desse tipo de auxílio à escolarização é do economista José Márcio Camargo, para quem os problemas relacionados ao desemprego e sub-emprego no Brasil, atingem mais duramente as crianças em idade escolar, que ingressam precocemente no trabalho para ajudar na renda familiar. A vinculação do auxílio com a educação favoreceria o ingresso e a permanência de crianças pobres na escola, já que o principal motivo da evasão escolar seria resolvido com o auxílio financeiro. Esta passou a ser a marca dos programas deste tipo na América Latina, também por reduzir os custos com seleção e controle das famílias beneficiárias, já que a maioria dos usuários de redes públicas de ensino pertence a famílias de baixa renda.

Em 1995, surgem as primeiras experiências concretas, em duas prefeituras do PT: Campinas e Brasília. Em Campinas, a ajuda financeira era temporária, por um ou dois anos. Em Brasília, o auxílio era permanente, enquanto a família tivesse os filhos matriculados na escola pública. Estas experiências pioneiras serviram de referência para outros programas que, aos poucos, passaram a ser realizados em outros municípios ou estados brasileiros.

Só em 1998, foi criado, pelo Governo Federal, o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), de abrangência nacional. Os municípios recebiam verbas para repassar às famílias pobres com filhos de 7 a 14 anos que freqüentassem a escola. O auxílio era calculado de acordo com a renda *per capita* da família, sendo que o Governo Federal custeava 50% do auxílio, cabendo ao município financiar o restante.

Em fevereiro de 2001, o Governo Federal deu início a um novo programa: o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação, o Bolsa-Escola Federal. A faixa de idade atendida passou a ser de 6 a 15 anos. A adesão dos municípios foi facilitada, sendo estimulada, mas não mais obrigatória, a complementação local do auxílio.

Muitas críticas, no entanto, ainda são feitas. A principal delas é relativa ao valor da bolsa, que é baixíssimo: R\$15 reais por criança, até um máximo de três crianças por família. Isto, somado ao estado precário da educação pública, na grande maioria dos municípios, nos obriga a refletir sobre o alcance social do programa e sobre o papel real que ele cumpre dentro das políticas governamentais atuais.

OS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA: UM PANORAMA MUNDIAL

Comparação com modelos dos países ricos ressalta o que é ser pobre no Brasil.

Em todo o mundo, especialmente nos países da Europa e da América do Norte, existem diversos programas de complementação de renda ou de garantia

países latino-americanos, são muito mais abrangentes, ou seja, atingem praticamente toda a população. Além disso, os dados sobre pobreza são bem menos graves que aqui.

Quanto a isto, é importante lembrar, que a noção de pobreza varia conforme as condições gerais de vida de cada país, ou seja, alguém considerado pobre num país rico, pode ter um rendimento invejável para os pobres de um país com graves

Os programas de renda mínima surgiram para reduzir o estado de incerteza em que vivem milhões de pessoas.

de renda mínima para famílias de baixa renda. Esses programas recebem muitos nomes diferentes - como renda mínima, imposto de renda negativo, crédito fiscal - e, com raras exceções, não são vinculados à educação, ou seja, a matrícula e a frequência escolar dos filhos não são pré-condições para que as famílias recebam o benefício. Outra característica é que, em alguns desses países, como nos Estados Unidos, não existe apenas um, mas vários programas de complementação e ampliação de renda que atendem a diferentes faixas de população pobre e podem, inclusive, ser cumulativos.

É bom lembrar que esses países apresentam, no geral, quadros de condições de vida muito superiores ao nosso. A grande maioria dos postos de trabalho tem vínculo formal, ou seja, são regulados por leis trabalhistas, que garantem inúmeras proteções aos trabalhadores e suas famílias. As políticas sociais - como saúde, educação e proteções trabalhistas, incluindo seguro-desemprego -, além de terem sido consolidadas há muito tempo e de apresentarem maior qualidade que nos



problemas, como o Brasil. Nos EUA, 23,6 % das crianças viviam abaixo da linha padrão americana; depois do fornecimento dos benefícios, este índice, em 1998, já havia baixado para 16%. No Brasil, estima-se que mais de 34% da população vive com renda abaixo de meio salário mínimo, um índice bem maior e um padrão muito abaixo da linha de pobreza de outros países.

Como a noção de pobreza é relativa a cada país ou região, apesar das melhores condições de vida, foi exatamente nos países ricos que as ideias de programas de complementação de renda para os pobres começaram a aparecer, já na década de 70, ligadas a uma série de mudanças importantes que começaram a ocorrer e que iriam reordenar a economia, o trabalho e o estado em quase todo o mundo. O uso de tecnologia mais avançada nas indústrias, entre outros fatores, co-

meçou a provocar índices crescentes de desemprego, enquanto as novas formas de circulação financeira reduziram a capacidade de arrecadação de impostos dos estados, ameaçando o investimento em políticas sociais.

Neste contexto, os programas de renda mínima surgiram como uma solução para garantir condições mínimas de vida para aqueles que, apesar do alcance das oportunidades e das políticas sociais, mantinham-se em uma faixa de rendimento considerada crítica.

Em 1986, foi criada a Rede Europeia de Renda Básica (BIEN), com o objetivo de estimular todas as nações a instituírem uma renda básica universal, ou seja, para todo e qualquer cidadão. O objetivo foi criar um patamar mínimo de igualdade que, mais do que reduzir a pobreza, reduziria o estado de incerteza no qual vivem milhões de pessoas. De lá para cá, o debate sobre renda mínima vem mesmo sendo ampliado e um exemplo disto é o ingresso do Brasil e de outros países latino-

Em alguns países ricos existem vários programas de ampliação de renda que podem, inclusive, ser cumulativos.

americanos, neste debate, na década de 90.

Porém, as diferenças entre os programas dos países economicamente dominantes e os países de economia dependente, como o nosso, são gritantes e nada indica que isto vai mudar de verdade enquanto a própria relação de exploração e dominação econômica entre países não for mudada.

Em Cartaz

O OU A Dengue? Quem se importa?

Neste verão de 2002, o Rio de Janeiro enfrenta a sua epidemia de dengue número 15, desde 1986, ano em que voltou aparecer a doença no país. Na epidemia de dengue tipo 1 de 1986-1987, o Parque Proletário da Penha foi uma das comunidades mais atingidas. Em 1991, considerado até o ano da maior epidemia, 24 pessoas morreram no estado, 14 na capital. Nos quatro primeiros meses de 2002, o número de óbitos registrados no estado foi de 56. Neste período, foram notificados um total de 177.626 casos de dengue no estado, sendo 1.567 casos do tipo hemorrágico.

Através de todos estes anos o CEPEL vem acompanhando as várias epidemias de diversas maneiras. Foi assim que em dezembro de 1990 realizamos um ato público que mobilizou a população para a gravidade da situação na área da Leopoldina. Pois, apesar da existência de 6.829 casos no município naquele momento, a Secretaria Municipal de Saúde teimava em não reconhecer a epidemia. Foi nesse ano de 1990 que se descobriu a presença do vírus tipo 2, que poderia ser hemorrágico.

Em junho de 1991 o CEPEL lançou o primeiro número do Se Liga no SINAL. Na reportagem de capa aparece um televisor com um locutor anunciando: "atenção, informamos que a população pode ficar tranqüila, temos absoluto controle sobre a dengue, cólera, sarampo, diarreia... (GLUP!) o importante é você seguir as orientações, lave as mãos, use a privada, ferva a água, não coma alimentos estragados, não junte lixo, não armazene água, tome banho todos os dias, você deve se cuidar, se cuidar, se cuidar, se cuidar...".

Na última página daquele mesmo número publicamos uma matéria cobrando a falta de informação. As informações divulgadas pela grande imprensa sempre visavam encobrir a responsabilidade dos setores governamentais. A campanha

de esclarecimento e combate ao dengue, se reduzia à pregação de cuidados individuais indispensáveis para não se contrair a doença. Sem dúvida eram e continuam sendo informações importantes, porém, nenhuma notícia mostrou que milhares de famílias no Rio de Janeiro não eram atendidas devidamente pelo sistema de abastecimento de água o que impede, a adoção dos cuidados individuais que eram veiculados.

Hoje, as campanhas de "esclarecimento" e "combate" ao dengue, que custam uma fortuna aos cofres públicos, não são muito diferentes. As más condições de vida da população, a falta de investimento em saneamento básico e na saúde preventiva, ou seja, as más gestões dos governos que se sucedem, são as principais causas que provocam, ano após ano, as epidemias. O Brasil não é o único país tropical do mundo, e muito menos o único país que possui a doença. Mas com certeza deve estar entre os primeiros no referente ao descaso das autoridades com uma das principais causas da permanência da doença ao longo dos anos.

Por isso, resolvemos fazer a seguinte peça de teatro como forma de protesto ao grande teatro nacional montado em torno do dengue. Nela pode-se perceber nitidamente os papéis que os diferentes segmentos da sociedade desempenham: como atores, governos e mídia e como espectadores, a população, os pesquisadores e os mosquitos. Infelizmente, essa peça ainda poderá ficar em cartaz nos próximos anos.

Já na página 4 reproduzimos o artigo, de Rosely de Oliveira e Homero de Carvalho, publicada no Boletim REDE (Boletim Rede de Cristãos das Classes Médias, nº 11).

Assista a seguir
O OU A DENGUE? QUEM SE IMPORTA?
Atores: Governos (G) e Mídia (M)
Espectadores: População (Po),
Pesquisadores (Pe) e Mosquitos (Mo)

(Cena 1)

- (G) Treinamento de militares para combater a dengue nas ruas do Grande Rio, mas não irão a favelas.
- (G) Garotinho apresentou (25/02/2002) 5 mil bombeiros para o combate. Além dos bombeiros, 2 200 Reservistas da Paz lutarão contra a epidemia.
- (G) CPI para investigar irregularidade no combate à doença, proposta pelo Presidente da Comissão de Saúde, da Assembleia Legislativa do Rio, deputado Paulo Pinheiro. "Estão chamando o Exército e os bombeiros, quando isso é para os Agentes de Saúde. Até o larvicida usado não é o apropriado".



(Cena 2)

- (G) Secretário Municipal de Saúde, Ronaldo Cezar Coelho, reconhece que esta epidemia é a mais grave do país, e em 26 de fevereiro determinou a abertura dos postos de saúde aos domingos. Nesta data os casos de óbito no município, desde o início do ano era de 21.
- (A) Anuncia-se um reforço no atendimento médico do SUS. Médicos do Corpo de Bombeiros trabalharão em Cieps.
- (M) Epidemia chegou às indústrias. Em 15 empresas de Vicente de Carvalho 21,6% dos trabalhadores foram afastados, segundo a Federação das Indústrias, a Firjan.
- (Pe) Em 13 de março, o estado do Rio já tem 52% dos casos de dengue registrados no país.



(Cena 3)

- (M) Campanha de informação maciça.
- (G) Grande campanha publicitária começa sobre prevenção. Mobilização da população para o Dia D de combate à doença.
- (M) Com as atenções voltadas para a dengue, outras campanhas de prevenção, como a de câncer do colo de útero, podem ser adiadas.



(Cena 4)

- (G) Defesa Civil quer usar avião agrícola para pulverizar inseticida em áreas urbanas.
- (G) O prefeito Cesar Maia, está estudando a hipótese de usar helicópteros para espalhar inseticida. "Eles permitem sobrevôo a uma altitude mais baixa".
- (Pe) Especialista da Fiocruz diz que avião para pulverizar "além de não resolver o problema, pode causar danos à natureza. Se o carro-fumacê não adianta, imagina um avião?"

(Cena 5)



- (G) Relatório final da CPI da Crise na Saúde, da Câmara Municipal do Rio, aponta que a Secretaria Municipal de Saúde, apesar de ter recursos, não combateu o mosquito. R\$ 103 milhões destinados a despesas de pessoal ano passado não foram utilizados.
- (M) Nos últimos 10 anos, nunca faltou dinheiro para combater o mosquito e a doença. Só que desviaram as verbas para o que consideravam "providências mais urgentes".
- (Pe) As medidas preventivas contra a dengue não necessitam da compra de equipamentos médicos caros e sofisticados.
- (Pe) Na década de 50 o governo contratou uma fundação privada para a erradicação do mosquito e da doença, mas o dengue foi reintroduzido no país em 1986.



(Cena 6)

- (G) Ministério da Saúde vai aumentar de R\$ 140 para R\$ 250 o valor pago pelas internações de dengue hemorrágica pelo SUS.
- (G) No Rio, o Ministério da Saúde cobrirá todos os gastos não-previstos pela Secretaria Municipal de Saúde com a doença.
- (M) Valor de exames de dengue varia entre R\$ 52 e R\$ 233. Ministério da Saúde pode intervir se comprovado abuso das entidades durante a epidemia. "Não se pode lucrar em cima de uma epidemia". O tempo para a obtenção do diagnóstico está demorando, em média, três dias úteis.
- (Po) Pacientes esperam até 10 horas por atendimento médico.
- (Po) Quarenta graus de febre, três idas ao médico, 15 dias de espera para o resultado do exame no posto de saúde.



(Cena 7)

- (G) Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o Alto da Boa Vista, Tijuca, Maracanã, Lins de Vasconcelos, Del Castilho e São Conrado são as áreas da cidade com maior infestação do mosquito do dengue.
- (M) Falta de saneamento básico é um dos principais motivos de maior incidência de casos da doença. Zona Sul: saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo regular. Número de casos da doença por bairro, em 27 de fevereiro: São Conrado - 6, Cosme Velho - 6, Urca - 1 e Humaitá - 8. Zona norte: os bairros não possuem uma rede de abastecimento de água regular. Os moradores tem que armazenar água em recipientes. A inconstante remoção de lixo, principalmente nas favelas, também alimenta o mosquito da dengue. Número de casos da doença por bairro, no mesmo dia: Caju - 501, Maré - 589, Bonsucesso - 637, Mangueiras - 554. As ruelas das favelas não permitem a entrada de caminhões de lixo e dificultam o acesso dos carros-fumacê.
- (Pe) Nem mesmo instituições de pesquisa tem como avaliar os níveis de infestação do mosquito do dengue e a incidência da doença.
- (Pe) Proliferação do mosquito traz ameaça da febre amarela, transmitida pelo mesmo mosquito do dengue. Em 17 de fevereiro, professor da UFRJ pede vacinação da população do Estado do Rio para evitar que haja uma epidemia de febre amarela.



(Cena 8)

- (G) Fernando Henrique Cardoso, na Eslováquia, diz que o Governo Federal não tem instrumentos diretos no combate à epidemia. "O agente do Sistema Único de Saúde é o Município". "A saúde pública no Brasil não é responsabilidade do Ministério da Saúde. É de todos".
- (M) Enquanto isso, os governantes tentam desviar a atenção da opinião pública com a briga insana pela responsabilidade sobre o mosquito.
- (M) Enquanto se procura um culpado nos governos municipais, estaduais ou federal, pesquisa CNT/Sensus revelou que os brasileiros consideram que a epidemia de dengue se deve à falta de atuação dos moradores, que deixam acumular água em sua casa.
- (Po) "Em época de eleição, políticos batem na nossa porta. Mas não estão nem aí para o sofrimento do povo".
- (Po) E os mata-mosquitos, quem se lembra deles?



(Cena 9)

- (G) Projeto na mesa do prefeito Cesar Maia para multar os proprietários de casas e terrenos fechados ou abandonados que transformam-se em focos de larvas.
- (M) Obras abandonadas de postos de saúde da prefeitura apresentavam focos de dengue.
- (M) Postos de Saúde em construção abandonados pela prefeitura na Zona Oeste viram foco de mosquito. Empreiteiras culpam Cesar Maia por paralisação de obras.
- (M) Estação de tratamento de esgoto, em Paciência, obra da Secretaria Municipal de Habitação já concluída mas que não entrou em funcionamento, esperando que a Light leve energia até o local. Por isso, lá foi formada uma piscina de água limpa, ideal para a proliferação de larvas do mosquito. Paciência está entre as regiões com mais casos - 854, em 1º de março.
- (Po) "Em frente ao Ciep 1º de Maio tem uma vala que acumula água. Denunciamos, e ninguém faz nada".
- (Po) Enquanto pessoas se aglomeram no Centro Municipal de Saúde, do lado de fora, na rua, poças de água propiciam a reprodução do mosquito



(Cena 10)

- (Po) Notícia do jornal O Dia, de 27 de fevereiro - Um exemplo da dor que não sai nas estatísticas. A dona de casa Rosângela começou a se sentir mal Quinta feira e foi ao Posto de Saúde Paulo Rangel, em São Gonçalo, onde não estava sendo feita a coleta de sangue. No mesmo dia, apesar de debilitada, seguiu para o Posto de Assistência Médica São Miguel. No PAM, eles só dariam o resultado do exame depois de 15 dias. Por isso, resolveu fazer o exame em laboratório particular. Só assim, descobriu que a doença era do tipo hemorrágico. Rosângela saiu do PAM com a receita de Tylenol e passou os dias seguintes na cama. "ontem, antes de eu sair para o colégio, minha mãe me pediu um copo de água, mas ela nem conseguiu levantar para beber. Dizia que sentia muita dor", lembra o filho caçula de Rosângela. "Foi a última vez que falei com ela".



Fontes: edições do jornal *Se Liga no SINAL*, do Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina (CEPEL), jornais *O Dia* e *O Globo*, e palestra sobre a dengue no Rio de Janeiro, dos pesquisadores Rosely Magalhães de Oliveira e Carlos Osmani, seguida de debate com pesquisadores do Núcleo de Estudos Locais em Saúde, do Departamento de Endemias, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, em fevereiro de 2002.

DENGUE 2002: SINTOMA DE UMA OPÇÃO POLÍTICA

Rosely Magalhães de Oliveira *
Homero Teixeira de Carvalho **

Mais um verão brasileiro é dominado pelas manchetes dos meios de comunicação de massa sobre a dengue — as notícias narram o grande sofrimento de uma enorme parcela da população e dão conta, também, da infestação da grande área metropolitana do Rio de Janeiro pelo *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da doença. Para aliviar a dor, a população só dispõe de uma rede pública de serviços de saúde insuficiente e, para enfrentar a epidemia a sociedade brasileira assiste a ação desordenada do aparelho de estado, do qual é a própria vítima.

Nos dois primeiros meses de 2002, são mais de 30.000 casos no estado do Rio de Janeiro, indicando a progressão da gravidade da doença a partir do seu reaparecimento em 1986. Dados do Ministério da Saúde apontam que naquele ano foram registrados casos de dengue em 26 municípios brasileiros e, 13 anos depois, em 1999, já surgiam casos de dengue em 1.651 municípios. Em 1997, foi identificada a presença do mosquito em 2.780 municípios e em 2000, em 3.592. Hoje, circulam no país os vírus tipos 1, 2 e 3, agravando o quadro da doença com a ocorrência de casos de dengue hemorrágico, que pode levar as vítimas ao óbito.

A presença continuada da doença e seu vetor a partir de 1986, com epidemias a cada ano, caracteriza um grande quadro endêmico que, por ser grave e deixar à mostra a leniência e a incapacidade dos serviços públicos em combater o agravamento da situação, torna relevante a busca de respostas à seguinte questão: por que o mosquito transmissor da dengue foi erradicado e a doença eliminada com as ações de controle adotadas na já distante década de 50 do século passado e hoje qualquer medida, quando implementada, redundando em fracassos que são confirmados pela persistência da epidemia ao longo dos anos?

Apresentamos aqui uma explicação. Inicialmente, deve-se afirmar que os

sintomas clínicos da doença, no corpo humano são os mesmos em qualquer época. Já o contexto da produção da doença, bem como as condições ambientais que favorecem a instalação do mosquito vetor e a ocorrência e a difusão do agravo já não são mais as mesmas neste início do século XXI.

A partir da década de oitenta o Brasil passou a viver uma profunda crise econômica, caracterizada pela recessão econômica com descontrolada inflação. A enorme dívida externa que veio sendo construída por longos anos, principalmente no período militar, passou a ser cobrada mais intensamente pelos credores internacionais, através da imposição de ajustes na economia. Um dos resultados, foi a queda acentuada de investimentos públicos em áreas sensíveis para a vida da população, como educação, saúde, saneamento e assistência social etc. Já nos anos 90, o governo brasileiro passou a efetivar a privatização de empresas estatais em setores como energia elétrica, telecomunicações, saneamento, abrindo a possibilidade de participação de empresas estrangeiras. A repercussão na sociedade brasileira, da inserção subordinada do país ao circuito econômico comandado pelos países centrais, foi a massificação do desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Ao mesmo tempo, a forma globalizada de organização da economia mundial intensificou e acelerou o tráfego de pessoas e de mercadorias entre os países, colocando novas condições para a ocorrência e difusão de diversas doenças transmissíveis, como a própria dengue, o cólera, a tuberculose e a AIDS. São doenças que vêm atingindo diversos países do mundo de forma epidêmica mas, em geral, são produzidas num local determinado e, em pouco tempo, podem atingir pessoas em diversas partes do planeta.

Na estrutura sanitária pública, a precarização das relações de trabalho traduziu-se na diminuição dos quadros técnicos de carreira e o aumento da contratação provisória. Dessa forma, foi impossibilitado o acúmulo e a transferência de conhecimento e de recursos necessários para a permanente atuação institucional, principalmente nos períodos não-

epidêmicos, quando os focos da doença e seus fluxos de transmissão são menos dispersos. Neste contexto, instalou-se a “ditadura da emergência”, identificada por uma preocupação pública com o controle da doença somente diante da epidemia instalada. Formam-se “pelotões de combate”, “forças-tarefas”, convocam-se forças armadas, tentando correr atrás do prejuízo. E mais, intensificam-se nos meios de comunicação de massa os discursos que responsabilizam as pessoas por contrair a doença.

Há que se considerar que, muito limitadamente, as pessoas de forma isolada podem atuar na eliminação dos criadouros do *Aedes aegypti*. No entanto, ao observar as condições ambientais que favorecem a reprodução do mosquito percebe-se que muitas situações dependem de investimento naqueles locais onde a ação das políticas públicas sempre foram muito restritas. Assim como os vasos de plantas ornamentais, outros fatores como o lixo acumulado devido a inexistência e/ou insuficiência dos serviços públicos de coleta e os latões com água armazenada para suprir o precário abastecimento doméstico, a qualidade e quantidade de recursos humanos na rotina dos serviços também fazem parte do cenário de produção da doença.

Ressalta-se, portanto, que o controle adequado da dengue deve passar, necessariamente, pelo controle público da sociedade sobre os recursos necessários e atividades técnicas adequadas para resolver o problema de forma integral. Não basta conhecer os “mecanismos” de reprodução do mosquito e dos sintomas da doença. Devem ser disponibilizadas, continuamente, informações que possibilitem avaliar os contextos de vida, os ambientes e os mecanismos pelos quais são negociados os processos de vida e de morte de amplas camadas da população.

* Pesquisadora do Departamento de Endemias – Escola Nacional de Saúde Pública/ FIOCRUZ.
** Jornalista do Departamento de Comunicação e Saúde CICT/FIOCRUZ.

Este artigo foi publicado originariamente no Boletim Rede de Cristãos das Classes Médias REDE - ano X - março 2002 - nº 111.

O processo de cadastramento das famílias no Programa Bolsa-Escola Federal tem trazido à tona importantes aspectos da pobreza no Brasil e da deficiência de nossas políticas sociais quanto às questões ligadas à cidadania.

Em países europeus e norte-americanos, os programas de Renda Mínima, em geral, não fazem um cadastramento especial: a maioria da população é vinculada ao trabalho formal e, portanto, a sistemas de proteção social e de declaração de renda que permitem aos governos acesso rápido aos dados necessários à implantação e controle dos programas.

No Brasil, onde um número imenso de trabalhadores não tem contrato de trabalho nem proteções trabalhistas, não existem cadastros que possam ser aproveitados pelos programas de complementação de renda para os mais pobres. A vinculação à educação, neste caso, revela um dado importante: com todas as mazelas da nossa educação pública, ela é a política social mais abrangente no Brasil, a única

que, deslocados de sua função e deixando a descoberto ações escolares que já são deficitárias, passam a ser responsáveis pelo trabalho de cadastramento.

Outros impasses são criados pelas próprias regras de cadastramento. A documentação exigida para que a família comprove estar dentro da faixa de renda beneficiada pelo programa supõe um nível de integração às instituições oficiais que não corresponde à realidade dos pobres brasileiros. Boa parte das famílias não tem os documentos exigidos e, para que os mais pobres não sejam excluídos do programa, as escolas precisam aceitar documentos “alternativos”, como

declarações, por escrito, da renda aproximada no trabalho informal ou da ausência de rendimentos.

Os documentos não esperados acabam informando o que não foi perguntado, mas que, talvez, seja a principal informação sobre a condição de vida das famílias inscritas.

O grande número de documentos dos conselhos tutelares, comprovando a guarda temporária ou permanente de crianças por avós, tios, madrastras e padrastos, traça um panorama dolorido da desestruturação das famílias, uma situação que sabemos resultar exatamente da falta de perspectivas e da incerteza permanente.

Os motivos dessas incertezas são visíveis nos documentos apresentados como “comprovação de renda”. Muitas mães declaram sobreviver com a ajuda financeira de parentes, amigos, vizinhos ou igrejas, revelando que a solidariedade e a ajuda-mútua têm sido o que

garante a continuidade da vida. Outras, anexam o documento de aposentadoria dos próprios pais, mostrando uma forma de enfrentamento da pobreza que não poderá ser repetida pelas próximas gerações, já que as proteções sociais conquistadas no passado com muitas lutas,

como a previdência, estão, agora, se tornando privilégio de poucos. Por fim, no lugar de declarações de renda, muitas mães apresentam documentos que comprovam sua condição de devedoras: cobranças de débitos em serviços de luz e gás, notificações de corte de serviços por falta de pagamento, aviso de inclusão do nome no SPC, cobrança de empresas privadas de empréstimos... Um verdadeiro retrato

Muitas mães declaram sobreviver com a ajuda financeira de parentes, amigos, vizinhos ou igrejas, revelando que a solidariedade e a ajuda-mútua têm sido o que garante a continuidade da vida.

(Eveline Bertino Algebaile e Andrelino Campos – Professores da FFP/UERJ e membros do Conselho de Acompanhamento do Bolsa-Escola Federal, em São Gonçalo/RJ)

UMA LEGIÃO DE “SEM DOCUMENTOS”: a cidadania ausente
Cadastramento do Programa Bolsa-Escola revela aspectos da pobreza no Brasil.

BOLSA-ESCOLA FEDERAL - como funciona

Atualmente, o Bolsa-Escola Federal é um benefício restrito a famílias com renda mensal *per capita* igual ou inferior a R\$90,00. O cálculo é feito da seguinte forma: soma-se o rendimento bruto de todas as pessoas da família que trabalham e divide-se o valor encontrado pelo número total de pessoas da família, encontrando-se o valor *per capita*, ou seja, por cabeça, por pessoa.

A família que apresentar uma "renda por pessoa" igual ou inferior a R\$ 90,00, pode se cadastrar na escola pública em que

um dos filhos estiver matriculado, apresentando os documentos exigidos (conforme quadro explicativo). Se a família for aceita, recebe um cartão da Caixa Econômica Federal e passa a retirar o auxílio, mensalmente, direto nos caixas eletrônicos do banco.

As próprias escolas têm divulgado as datas de cadastramento. Dentro de pouco tempo, no entanto, será dado início ao Cadastramento Único, que servirá para o recebimento de outros benefícios, como o auxílio-gás.

DOCUMENTOS EXIGIDOS NO CADASTRAMENTO

- ☞ comprovante de rendimentos dos membros da família que trabalham;
- ☞ comprovante de residência;
- ☞ certidão de nascimento dos filhos e documento de tutela, se for o caso de criança com guarda provisória ou definitiva por um membro da família que não seja a mãe;
- ☞ declaração comprovando que a criança está matriculada em escola pública.

O Governo Federal, com base em dados sobre a renda dos brasileiros e sobre o montante de verbas disponíveis, estipulou o número limite de famílias e crianças que podem ser beneficiadas em cada município. Veja, nas tabelas, os principais dados para o Brasil e para o Estado do Rio de Janeiro:

Municípios atendidos	5.470	98% do total de municípios brasileiros, que é de 5.561
Famílias atendidas no Brasil	4.797.645	84% das famílias passíveis de serem atendidas (total: 5.707.401)
Famílias atendidas no Estado do Rio de Janeiro	188.847	78% das famílias passíveis de serem atendidas (total: 243.352)
Crianças atendidas no Brasil	8.250.758	77% das crianças passíveis de serem atendidas (total: 10.752.936)
Crianças atendidas no Estado do Rio de Janeiro	303.312	73% das crianças passíveis de serem atendidas (total: 413.029)

Município	População total	Matriculas no ensino público fundamental *	Número de famílias passíveis de serem atendidas	Estimativa de número de crianças passíveis de serem atendidas	% sobre matriculas no ensino público fundamental
Rio de Janeiro	5.850.544	654.534	65.683	105.092	16,0%
Volta Redonda	242.839	41.358	3.483	5.572	13,4%
São Gonçalo	889.828	109.410	14.730	23.568	21,5%
Duque de Caxias	770.858	126.618	14.711	23.537	18,5%
Nova Iguaçu	750.485	107.094	16.885	27.016	25,2%
Campos dos Goytacazes	406.279	69.597	11.285	18.056	25,9%

* Conforme dados do Censo Escolar de 2001, do MEC, não incluídos dados de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos nesse nível de ensino.

Para mais informações sobre renda mínima:

- ▶ LEI Nº 10.219, DE 11 DE ABRIL DE 2001 - Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências.
- ▶ AMARAL, Carlos e RAMOS, Sílvia. "Programas de Renda Mínima e Bolsa-escola: panorama atual e perspectivas", revista Interface nº 1. Rio de Janeiro: APP/UNICEF, 1999.
- ▶ CACCIA BAVA, Silvio et alli. Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades. São Paulo, Pólis, 1998.
- ▶ SUPLICY, Eduardo. Renda Mínima: a saída é pela porta. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- ▶ www.mec.gov.br
- ▶ www.senado.gov.br